



PARECER PRÉVIO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1477/2008.

Apensos: Processo nº 2616/2016, 6856/2007, 6853/2007, 5092/2007, 5/2008 e 6854/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré

4- Exercício: 2007

5- Responsáveis: Emerson Pedraça de França, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2366/2011, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2007.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Desaprovação** das Contas Anuais da Prefeitura de Manicoré, exercício de 2007, de responsabilidade do **Sr. Emerson Pedraça de França**, Prefeito Municipal, à época, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição Estadual c/c os arts. 1º, inciso I e 29, ambos da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução 09/1997, em razão de prática com grave infração à norma legal constantes nas letras “b”, “c”, “d”, “h”, “j”, “k”, “l”, “n”, “o”, “p”, “r”, “s”, “x”, “aa”, “cc” e “ff” do Relatório e Proposta de Voto, nas Denúncias dos Processos 6853/2007 e 6856/2007 e Representação 5/2008.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.



PARECER PRÉVIO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 1477/2008.

Apensos: Processo nº 2616/2016, 6856/2007, 6853/2007, 5092/2007, 5/2008 e 6854/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré

4- Exercício: 2007

5- Responsáveis: Emerson Pedraça de França, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2366/2011, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2007.

Revelia. Irregularidade. Multas. Encaminhamento. Comunicação. Determinações. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Considerar revel o Sr. Emerson Pedraça França, Prefeito, à época, exercício de 2007, **revel**, nos termos do § 3º do art. 20 da Lei Orgânica TCE/AM c/c o art. 88 da Resolução nº 4/2002, frente à Notificação nº 514/2010- CI-SECAMI recebida pelo Responsável (fl. 670, vol. 4);

9.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Emerson Pedraça França, Prefeito, à época, e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Manicoré, referente ao exercício de 2007, nos termos do inciso I do art. 1º, alínea “b” do inciso III do art. 22 e parágrafo único do art. 25 da Lei nº 2.423/96 – **prática de ato com grave infração à norma legal** de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial, quais sejam:

9.2.1 - divergência nos registros das Despesas pagas, entre o Balanço Financeiro - R\$ 26.935.473,19 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

setenta e três reais e dezenove centavos) e o Demonstrativos dos Restos a Pagar - R\$ 29.357.178,18 (vinte e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos) (letra “b” do item 3 do Relatório da Proposta de voto), em afronta ao art. 103 c/c art. 90 da Lei 4.320/64;

- 9.2.2 - divergência no registro das Baixas em Débitos de Tesouraria entre o Balanço Financeiro - R\$ 2.218.129,20 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, cento e vinte e nove reais e vinte centavos) e o Demonstrativo da Dívida Flutuante -R\$ 2.081.746,80 (dois milhões, oitenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) (letra “c” do item 3 do Relatório da Proposta de voto), contrariando o art. 92 da Lei 4.320/64;
- 9.2.3 - ausência do comprovante da publicação dos Balanços (Orçamentário, Financeiro e Patrimonial) no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 9º da LC nº 06/91 (letra “d” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.4 - desproporcionalidade entre as despesas a título de "INSS Patronal - R\$ 186.583,29 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) e aquela relativa a "Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil", no valor de R\$ 9.303.036,38 (nove milhões, trezentos e três mil, trinta e seis reais e trinta e oito centavos), contrariando o art. 9º Medida Prov. 351/07, art. 30 e 31 da Lei nº 8.212/91, inciso X, art. 10º da Lei nº 8.429/92 (letra “h” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.5 - omissão na apresentação das Contas de Compensação no Balanço Patrimonial, infringindo o disposto no inciso V do art. 106 da Lei nº 4.320/64 (letra “j” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.6 - ausência do Demonstrativo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, todos referentes aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (jan/fev, mar/abr, jul/ago e



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

set/out), ferindo o art. 53 da Lei Complementar nº 101/2000 (letra “k” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

- 9.2.7 - ausência de informação no Passivo Permanente do Balanço Patrimonial do exercício anterior do registro de valores a título de Dívida Fundada, muito embora no Relatório Resumido da Execução Orçamentária conste dotação inicial de R\$ 107.990,00 (cento e sete mil, novecentos e noventa reais) na rubrica Amortização da Dívida, contrariando art. 105 da Lei 4.320/64 (letra “l” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.8 - ausência da Declaração de Bens do Prefeito, Vice e demais Secretários Municipais, do início e do término do mandato, contrariando o art. 13, da Lei nº 8.429/92 (letra “n” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.9 - permanência de recursos financeiros em Caixa - R\$ 3.854.002,06), em afronta ao § 1º do art. 156 da Constituição Estadual (letra “o” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.10 - comprovar se as folhas de pagamento de pessoal, relativo ao FUNDEF, estão devidamente vistas pelo Conselho, conforme determinação do art. 3º, III, “a”, da Resolução nº 04/98 - TCE;
- 9.2.11- ausência de empenho prévio referente aos contratos firmados, de acordo com os incisos I e II do § 1º do art. 4 da Resolução 7/02 (letra “r” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.12 - ausência do Parecer da Inspeção Setorial de Finanças ou órgão equivalente, art. 2º, I, da Resolução 5/90-TCE/AM (letra “s” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.13 - os Relatórios Resumidos de Execução orçamentária e foi encaminhado com atraso, contrariando o artigo 1º da Resolução 6/2000 - TCE/AM (letra “x” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.2.14 - irregularidades nas Cartas Convites e Tomadas de Preço



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

(letra “aa” do item 3 do Relatório da Proposta de Voto);

9.2.15 - ausência de remessa a este Tribunal dos atos de Admissão ocorridos em 2007, bem como os de Aposentadorias (fls.515-516 vol. 3), contrariando o disposto nos arts. 259 e 260 da Resolução TCE nº 04/2002 (letra “cc” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.2.16 - irregularidades referentes às reformas realizadas no Parque de Exposição, Escolas Municipais na Zona Rural: Santa Luzia, Maria de Lourdes de Castro, Escola São Francisco, N.S. Auxiliadora, bem como o Termo de Contrato 10/2007, Termos de Contratos 54/2007 e 111/2007, quais sejam: não foram apresentadas as Ordens de Execução de Serviço, os Termos de Recebimento Provisório e/ou definitivo das obras e serviços, em desacordo com o disposto no art. 73, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 e o Termo de Contrato (letra “ff” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.2.17 - concessão irregular de bolsas universitárias, contrariando o disposto na Lei Municipal 703/2006, objeto de Denúncia anexa (Processo 6856/2007-TCE/AM);

9.2.18 - acumulação de Cargos Públicos por servidores do Poder Executivo Municipal, objeto de Denúncia anexa (Processo 6853/2007-TCE/AM);

9.2.19 - ausência de uma Comissão de Licitação devidamente nomeada pelo Prefeito, objeto da Representação anexa (Processo 5/2008).

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Emerson Pedraça França no valor de 16.448,68 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por prática de ato com grave infração à norma legal, nos termos do inciso II e III do art. 54 da Lei nº 2.423/96, c/c alínea “a” do inciso V do art. 308 do RI/TCE-AM, conforme itens abaixo apontadas:

9.3.1 - divergência nos registros das Despesas pagas,entre o Balanço Financeiro - R\$ 26.935.473,19 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais e dezenove centavos) e o



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

Demonstrativos dos Restos a Pagar - R\$ 29.357.178,18 (vinte e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos) (letra “b” do item 3 do Relatório da Proposta de voto) em afronta ao art. 103 c/c art. 90 da Lei 4.320/64;

- 9.3.2 - divergência no registro das Baixas em Débitos de Tesouraria entre o Balanço Financeiro - R\$ 2.218.129,20 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, cento e vinte e nove reais e vinte centavos) e o Demonstrativo da Dívida Flutuante -R\$ 2.081.746,80 (dois milhões, oitenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) (letra “c” do item 3 do Relatório da Proposta de voto), contrariando o art. 92 da Lei 4.320/64;
- 9.3.3 - ausência do comprovante da publicação dos Balanços (Orçamentário, Financeiro e Patrimonial) no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 9º da LC nº 06/91 (letra “d” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.4 - desproporcionalidade entre as despesas a título de "INSS Patronal - R\$ 186.583,29 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) e aquela relativa a "Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil", no valor de R\$ 9.303.036,38 (nove milhões, trezentos e três mil, trinta e seis reais e trinta e oito centavos), contrariando o art. 9º Medida Prov. 351/07, art. 30 e 31 da Lei nº 8.212/91, inciso X, art. 10º da Lei nº 8.429/92 (letra “h” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.5 - omissão na apresentação das Contas de Compensação no Balanço Patrimonial, infringindo o disposto no inciso V do art. 106 da Lei nº 4.320/64 (letra “j” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.6 - ausência do Demonstrativo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, todos referentes aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (jan/fev, mar/abr, jul/ago e set/out), ferindo o art. 53 da Lei Complementar nº 101/2000 (letra “k”



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

- 9.3.7 - ausência de informação no Passivo Permanente do Balanço Patrimonial do exercício anterior do registro de valores a título de Dívida Fundada, muito embora no Relatório Resumido da Execução Orçamentária conste dotação inicial de R\$107.990,00 na rubrica Amortização da Dívida (letra “l” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.8 - ausência da Declaração de Bens do Prefeito, Vice e demais Secretários Municipais, do início e do término do mandato, contrariando o art. 13, da Lei nº 8.429/92 (letra “n” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.9 - permanência de recursos financeiros em Caixa - R\$ 3.854.002,06), em afronta ao §1º do art. 156 da Constituição Estadual (letra “o” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.10 - comprovar se as folhas de pagamento de pessoal, relativo ao FUNDEF, estão devidamente vistas pelo Conselho, conforme determinação do art. 3º, III, “a”, da Resolução nº 04/98 - TCE;
- 9.3.11 - ausência de empenho prévio referente aos contratos firmados, de acordo com os incisos I e II do § 1º do art. 4 da Resolução 7/02 (letra “r” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.12 - ausência do Parecer da Inspeção Setorial de Finanças ou órgão equivalente (art. 2º, I, da Resolução nº 05/90-TCE/AM) (letra “s” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.13 - os Relatórios Resumidos de Execução orçamentária e foi encaminhado com atraso, contrariando o artigo 1º da Resolução 6/2000 - TCE/AM (letra “x” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.14 - irregularidades nas Cartas Convites e Tomadas de Preço (letra “aa” do item 3 do Relatório da Proposta de Voto);
- 9.3.15 - ausência de remessa a este Tribunal dos atos de



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

Admissão ocorridos em 2007, bem como os de Aposentadorias (fls.515-516 vol. 3), contrariando o disposto nos arts. 259 e 260 da Resolução TCE nº 04/2002 (letra “cc” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

- 9.3.16 - irregularidades referentes às reformas realizadas no Parque de Exposição, Escolas Municipais na Zona Rural: Santa Luzia, Maria de Lourdes de Castro, Escola São Francisco, N.S. Auxiliadora, bem como o Termo de Contrato 10/2007, Termos de Contratos 54/2007 e 111/2007, quais sejam: não foram apresentadas as Ordens de Execução de Serviço, os Termos de Recebimento Provisório e/ou definitivo das obras e serviços, em desacordo com o disposto no art. 73, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 e o Termo de Contrato (letra “ff” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);
- 9.3.17 - concessão irregular de bolsas universitárias, contrariando o disposto na Lei Municipal 703/2006, objeto de Denúncia anexa (Processo 6856/2007-TCE/AM);
- 9.3.18 - acumulação de Cargos Públicos por servidores do Poder Executivo Municipal, objeto de Denúncia anexa (Processo 6853/20070);
- 9.3.19 - ausência de uma Comissão de Licitação devidamente nomeada pelo Prefeito, objeto da Representação anexa (Processo 5/2008).

- 9.4. A unanimidade, nos termos do voto destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa** ao Sr. Emerson Pedraça França no valor de R\$ 2.192,06 que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de 30 dias, por não atendimento, no prazo fixado, a diligência ou recomendação do Tribunal conforme disposto na alínea “a” do inciso I do art. 308 do RITCE-AM, conforme improbidades apontadas abaixo:

- 9.4.1 - cancelamentos de Restos a Pagar no valor de R\$ 7.158.838,99 (sete milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e oitocentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos, sem as devidas justificativas (letra “a” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

9.4.2 - informar sobre o regime jurídico adotado pela Prefeitura de Manicoré no tocante aos seus servidores: se celetista ou estatutário (letra “i” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.4.3 - que seja remetida Lei Municipal de criação do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - FMDCA, na forma do art. 88, II, da Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), ou justificativas e comprovantes das providências tomadas em caso da ausência do Fundo (letra “t” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.5. À unanimidade, nos termos do voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa ao Sr. Emerson Pedraça França no valor de R\$2.192,06 que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de 30 dias, por não atendimento, no prazo fixado, a diligência ou recomendação do Tribunal conforme disposto na alínea “b” do inciso I do art. 308 do R/TCE-AM, conforme improbidades apontadas abaixo:

9.5.1 - não disponibilização à Comissão de Inspeção dos Precatórios pagos no exercício (letra “bb” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.5.2 - não apresentação à Comissão de Inspeção das Prestações de Contas relativas aos Convênios firmados com o Governo do Estado no valor de R\$ 3.742.485,13 (três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e treze centavos) (letra “ee” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.6. À unanimidade, nos termos do voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa ao Sr. Emerson Pedraça França no valor de R\$13.152,33 que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de 30 dias pela inobservância de prazos legais ou regulamentares nos envios de informação e demonstrativos contábeis ao Tribunal, tendo em vista o atraso no envio dos dados via ACP terem ocorridos em todos os meses do exercício de 2007 (letra “u” do Relatório desta Proposta de Voto), art. 308, II, da resolução 04/2012 e ainda as relacionadas abaixo:



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

9.6.1 - ausência de remessa via magnética - ACP, das informações sobre a regularidade fiscal das empresas contratadas e licitantes, contrariando o inciso IV do art. 27 da Lei 8.666/93 (letra “q” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.6.2 - não foi encaminhado a este Tribunal as Leis do Plano Plurianual das Diretrizes Orçamentárias de 2007 (letra “w” do item 3 do Relatório da Proposta de voto);

9.7. Encaminhar:

a) os autos à **Dicrex** para a cobrança executiva dos valores imputados, de acordo com o que preceitua o art. 3º da Resolução n. 3/2011-TCE e observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

b) ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

9.8. Comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS/AM a suspeita de apropriação indébita de contribuições previdenciárias;

9.9. Determinar à Câmara Municipal de Manicoré o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, **EM ESPECIAL O PRAZO DE 60 DIAS** para o julgamento das contas.

9.10. Determinar à Prefeitura Municipal de Manicoré a observância das seguintes medidas:

9.10.1 - os processos licitatórios sejam devidamente formalizados e numerados, nos termos da legislação pertinente, em especial Lei de Licitações e Resolução nº 06/1990;



ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

9.10.2 - os valores lançados no Sistema E-Contas, referentes aos processos licitatórios, sejam devidamente homologados e publicados;

9.10.3 - os projetos básicos sejam devidamente assinados no momento da aprovação;

9.10.4 - os termos de contratos celebrados sejam devidamente assinados pelo Contratante, Contratado e Testemunhas, neles constando todas as cláusulas necessárias exigidas pela Lei de Licitações;

9.10.5 - criação do controle interno, segundo art. 45 da CE/89 c/c art. 43 da Lei n. 2423/96;

9.10.6 - observe com mais rigor aos prazos legais para remessa dos registros via E-Contas e relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal, nos moldes da Resolução nº 07/02 e Lei Complementar Estadual nº 06/1991, com nova redação dada pela LC nº 24/2000;

9.10.7 - cumpra o determinado na Resolução 7/2, quanto ao envio de informações via E-Contas;

9.10.8 - mantenha na Sede do Município a guarda e disponibilização de todos os documentos públicos, em especial aquela referente à execução orçamentária municipal.

9.11. Dar ciência ao Sr. Emerson Pedraça de França bem como aos seus advogados Marco Antônio Souza Ribeiro da Costa – OAB nº 10.768 e Yngrid Ventilari de Figueiredo – OAB nº 4.658 deste Decisório.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 13

ACÓRDÃO Nº72/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 72/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral